Notícias do dia 20 de outubro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 5

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO
TCE - GO
Membros do MP's alertam para risco à autonomia e à independência da instituição 3

DIÁRIO DA MANHÃ - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO
Membros do MP's alertam para risco à autonomia e à independência da instituição 4

CLICK NEWS - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Alego discute e vota 51 processos nesta quara-feira, 20/10 5

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Projetos parlamentares são destaque da sessão ordinária hoje 6

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Projetos parlamentares são destaque da sessão ordinária hoje 8

Membros do MP's alertam para risco à autonomia e à independência da instituição

Redação

Cerca de 90 membros dos Ministérios Públicos de **Goiás** (MPGO), Federal (MPF), do Trabalho (MPT) e de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (MP-C-TCM) e do Estado de **Goiás** (MPC-**TCE**), bem como representantes das entidades de classe - Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) - realizaram, na manhã desta segunda-feira (18/10) Ato Público contra a PEC n° 5/2021 e pela Independência do Ministério Público. O Ato Público foi realizado no auditório do edifício-sede do MPGO.

Para o procurador-geral de Justiça de **Goiás**, Aylton Flávio Vechi, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 5/2021 interfere na atuação do Ministério Público e, antes de ser votada pelo Plenário da Câmara Federal, sua aprovação precisa ser debatida com a sociedade. "Não queremos um controle do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que preserve mais a política do que a técnica, nós lutamos por um Ministério Público livre e que defenda a sociedade"

A subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Institucionais e coordenadora do Centro de Apoio Operacional (CAO), Laura Maria Ferreira Bueno, explicou que o Ato Público tinha como objetivo a defesa da sociedade. "Defender o MP é defender a sociedade. Atuamos em defesa do cidadão e dos interesses dos mais vulneráveis, dos que não são representados" afirmou.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20211020

Membros do MP's alertam para risco à autonomia e à independência da instituição

Cerca de 90 membros dos Ministérios Públicos de **Goiás** (MPGO), Federal (MPF), do Trabalho (MPT) e de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (MPC-TCM) e do Estado de **Goiás** (MPC-**TCE**), bem como representantes das entidades de classe - Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) - realizaram, na manhã desta segunda-feira (18/10) Ato Público contra a PEC nº 5/2021 e pela Independência do Ministério Público. O Ato Público foi realizado no auditório do edifício-sede do MPGO.

Para o procurador-geral de Justiça de **Goiás**, Aylton Flávio Vechi, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 5/2021 interfere na atuação do Ministério Público e, antes de ser votada pelo Plenário da Câmara Federal, sua aprovação precisa ser debatida com a sociedade. "Não queremos um controle do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que preserve mais a política do que a técnica, nós lutamos por um Ministério Público livre e que defenda a sociedade".

A subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Institucionais e coordenadora do Centro de Apoio Operacional (CAO), Laura Maria Ferreira Bueno, explicou que o Ato Público tinha como objetivo a defesa da sociedade. "Defender o MP é defender a sociedade. Atuamos em defesa do cidadão e dos interesses dos mais vulneráveis, dos que não são representados", afirmou.

Site:
https://www.dm.com.br/cotidiano/2021/10/membros-do-mps-alertam-para-risco-a-autonomia-e-a-independencia-da-instituicao/

Alego discute e vota 51 processos nesta quara-feira, 20/10

Mariana

Receive our editor s picks weekly

Receive our editor s picks weekly

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) irá deliberar nesta quarta-feira, 20, 51 processos legislativos, entre as matérias em pauta, 48 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 11 propostas em fase de votação definitiva e 37 em primeira apreciação. De autoria do Poder Executivo, a pauta traz uma proposta em segunda apreciação e um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares. Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta do deputado Álvaro Guimarães (DEM) que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia municipal GTB-001 situada no município de Goiatuba. O texto foi protocolado na Casa sob nº 5282/21 .

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 2851/19 , de autoria do deputado Paulo Trabalho (PSL). A matéria versa sobre a prioridade no atendimento a mulheres vítimas de violência, desde que dentro do mesmo grau de risco dos demais pacientes, em hospitais, clínicas, postos de saúde e demais estabelecimentos públicos e privados do estado de **Goiás**.

Na votação definitiva, o projeto de lei nº 4586/19 , de autoria do deputado Antônio Gomide (PT), que versa sobre prazo mínimo de requerimentos de isenção em concursos públicos, com alteração da Lei n° 19.587, de 10 de janeiro de 2017.

A propositura tem a finalidade de acrescentar um parágrafo ao art. 23 da legislação, que estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da administração pública estadual com a seguinte redação: "Parágrafo 3°: O período de requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá ser de dez dias, no mínimo".

Se esses projetos receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos para serem enviados para a sanção governamental.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Por Redação do Click News

O CLICKNEWS foi concebido para ser um veículo da informação precisa, de credibilidade e com foco em matérias de extremo interesse à sociedade, com acesso em tempo real às principais noticias locais, nacionais e internacionais.

© Copyright 2020 - Todos os direitos reservados.

Site: https://clicknews.net.br/alego-discute-e-vota-51-processos-nesta-quara-feira-20-10/

Projetos parlamentares são destaque da sessão ordinária hoje

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 20, deve contar com 51 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a segunda reunião desta semana será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19..

Entre as matérias em pauta, 48 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 11 propostas em fase de votação definitiva e 37 em primeira apreciação. De autoria do Poder Executivo, a pauta traz uma proposta em segunda apreciação e um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares. Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta do deputado Álvaro Guimarães (DEM) que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia municipal GTB-001 situada no município de Goiatuba. O texto foi protocolado na Casa sob nº 5282/21 .

A referida rodovia passa por inúmeras propriedades rurais que desenvolvem ampla atividade agrícola e pecuária, as quais têm encontrado dificuldade no escoamento da produção. Álvaro Guimarães ainda acrescenta, em justificativa à sua iniciativa, que os moradores do município de Goiatuba enfrentam dificuldades para uso da via, que se encontra em precárias condições de tráfego, o que causa inúmeros transtornos para os usuários e amplia o risco de acidentes. "É indubitável o grande fluxo de veículos nessa estrada, sendo necessária e importante, portanto, a estadualização reivindicada" defende o deputado.

Proteção à mulher

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 2851/19 , de autoria do deputado Paulo Trabalho (PSL). A matéria versa sobre a prioridade no atendimento a mulheres vítimas de violência, desde que dentro do mesmo grau de risco dos demais pacientes, em hospitais, clínicas, postos de saúde e demais estabelecimentos públicos e privados do estado de **Goiás**.

Concursos públicos

Também para votação definitiva, a pauta da sessão ordinária de hoje traz para apreciação dos deputados o projeto de lei nº 4586/19 , de autoria do deputado Antônio Gomide (PT), que versa sobre prazo mínimo de requerimentos de isenção em concursos públicos, com alteração da Lei n° 19.587, de 10 de janeiro de 2017.

A propositura tem a finalidade de acrescentar um parágrafo ao art. 23 da legislação, que estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da administração pública estadual com a seguinte redação: "Parágrafo 3°: O período de requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá ser de dez dias, no mínimo".

Em sua justificativa, Gomide explica que tal providência é necessária para proteger o direito das pessoas que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição, pois atualmente não há qualquer limite e por isso os prazos são muito curtos.

"Prazos de cinco e até três dias não são suficientes para que se possa divulgar o concurso e o período de requerimento de isenção, por isso a medida prevista pelo projeto de lei é benéfica. Ao se definir o mínimo de dez dias, as pessoas interessadas terão a oportunidade de realizar o requerimento, sem que prejudique o cronograma do concurso", acredita Gomide.

Se esses projetos receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos para serem enviados para a sanção governamental.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 20, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia

previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/projetos-parlamentares-sao-destaque-da-sessao-ordinaria-hoje/

Projetos parlamentares são destaque da sessão ordinária hoje

Da Redação

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 20, deve contar com 51 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a segunda reunião desta semana será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Entre as matérias em pauta, 48 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 11 propostas em fase de votação definitiva e 37 em primeira apreciação. De autoria do Poder Executivo, a pauta traz uma proposta em segunda apreciação e um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares. Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre as proposições que serão submetidas à votação definitiva, destaque para a proposta do deputado Álvaro Guimarães (DEM) que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia municipal GTB-001 situada no município de Goiatuba. O texto foi protocolado na Casa sob nº 5282/21 .

A referida rodovia passa por inúmeras propriedades rurais que desenvolvem ampla atividade agrícola e pecuária, as quais têm encontrado dificuldade no escoamento da produção. Álvaro Guimarães ainda acrescenta, em justificativa à sua iniciativa, que os moradores do município de Goiatuba enfrentam dificuldades para uso da via, que se encontra em precárias condições de tráfego, o que causa inúmeros transtornos para os usuários e amplia o risco de acidentes. "É indubitável o grande fluxo de veículos nessa estrada, sendo necessária e importante, portanto, a estadualização reivindicada" defende o deputado.

Proteção à mulher

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 2851/19 , de autoria do deputado Paulo Trabalho (PSL). A matéria versa sobre a prioridade no atendimento a mulheres vítimas de violência, desde que dentro do mesmo grau de risco dos demais pacientes, em hospitais, clínicas, postos de saúde e demais estabelecimentos públicos e privados do estado de **Goiás**.

Concursos públicos

Também para votação definitiva, a pauta da sessão ordinária de hoje traz para apreciação dos deputados o projeto de lei nº 4586/19 , de autoria do deputado Antônio Gomide (PT), que versa sobre prazo mínimo de requerimentos de isenção em concursos públicos, com alteração da Lei n° 19.587, de 10 de janeiro de 2017.

A propositura tem a finalidade de acrescentar um parágrafo ao art. 23 da legislação, que estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da administração pública estadual com a seguinte redação: "Parágrafo 3°: O período de requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá ser de dez dias, no mínimo".

Em sua justificativa, Gomide explica que tal providência é necessária para proteger o direito das pessoas que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição, pois atualmente não há qualquer limite e por isso os prazos são muito curtos.

"Prazos de cinco e até três dias não são suficientes para que se possa divulgar o concurso e o período de requerimento de isenção, por isso a medida prevista pelo projeto de lei é benéfica. Ao se definir o mínimo de dez dias, as pessoas interessadas terão a oportunidade de realizar o requerimento, sem que prejudique o cronograma do concurso", acredita Gomide.

Se esses projetos receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos para serem enviados para a sanção governamental.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 20, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetaplay.com.br/projetos-parlamentares-sao-destaque-da-sessao-ordinaria-hoje/